



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Conselho Superior

RESOLUÇÃO CONSUP/IFPE Nº 288, DE 25 DE JULHO DE 2025

Homologa a Resolução Consup/IFPE nº 254, de 11 de setembro de 2024, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo — Escola da Terra — do IFPE.

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do Conselho e tendo em vista

- I - o Processo Administrativo nº 23357.017529/2024-50;
- II - a Resolução Consup/IFPE nº 254, de 11 de setembro de 2024; e
- III - a 5ª Reunião Ordinária de 2024 do Conselho Superior do IFPE, realizada em 25 de novembro,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução Consup/IFPE nº 254, de 11 de setembro de 2024, a qual aprovou, *ad referendum*, o Projeto Pedagógico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo — Escola da Terra — do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site do IFPE na internet e/ou no Boletim de Serviços do IFPE.

(assinado eletronicamente)
ROSANA MARIA TELES GOMES



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Teles Gomes, Presidente (a) do Conselho Superior em exercício**, em 29/07/2025, às 17:47, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1917616** e o código CRC **FAF3C9ED**.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – ESCOLA DA TERRA**

**RECIFE
OUTUBRO/2024**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO**

Equipe Gestora

José Carlos de Sá Junior
Reitor

Magadã Marinho Rocha de Lira
Pró-Reitora de Ensino

Gabriela Lins Falcão
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Laura Fabiana da Silva Caliento
Pró-Reitora de Extensão

Aurino César Santiago de Souza
Pró-Reitor de Administração

Juliana Souza de Andrade
Pró-Reitora de Integração e Desenvolvimento Institucional

Lúcia Ferreira Lirbório
**Coordenadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo –
Escola da Terra**

Comissão de Elaboração

(Portaria REI/IFPE nº 1.374, de 17 de junho de 2024, alterada pela Portaria REI/IFPE nº 1.424, de 10 de outubro de 2024)

Lúcia Ferreira Lirbório
Presidente

Andrea Barros Campos Goes
Nívea Roberta Moraes Barbosa Lemos
Pedagogas

Professores

André Luis Gonçalves Pereira
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Alexsandro da Silva Cavalcanti
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Marcos Antônio Machado Mesquita
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Lucia Ferreira Lirbório
Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Antenor Martins de Lima Filho
Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape)

Rubneuzza Leandro de Souza
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	5
1.1 Identificação da Instituição	5
1.2 Identificação do Curso	5
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	6
2.1 Histórico da Instituição	6
2.2 Justificativa	9
2.3 Concepção do Curso	17
2.4 Objetivos	18
2.4.1 <i>Objetivo Geral</i>	18
2.4.2 <i>Objetivos Específicos</i>	18
2.5 Requisitos e Forma de Acesso	19
2.5.1 <i>Público-Alvo</i>	19
2.5.2 <i>Critérios de Seleção</i>	19
2.5.3 <i>Meios de Divulgação do Curso</i>	19
2.6 Perfil Profissional de Conclusão	19
2.7 Carga Horária do Curso	20
2.8 Período e Periodicidade	20
2.9 Organização Curricular	20
2.9.1 <i>Concepção e Princípios Pedagógicos</i>	20
2.9.2 <i>Estrutura Curricular</i>	21
2.9.3 <i>Matriz Curricular</i>	22
3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	24
3.1 Atividades Complementares	25
3.2 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	25
3.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	26
3.4 Ementário dos Componentes Curriculares	27
3.5 Cronograma de Módulos	38
3.6 Acessibilidade	39
3.7 Acompanhamento de Egressos	39
3.8 Certificação	39
3.9 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)	40
4 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO	41
4.1 Dados da Coordenadora do Curso	41
4.2 Corpo Docente	41
4.3 Equipe Pedagógica e Administrativa do Curso	42
5 INFRAESTRUTURA FÍSICA	43
REFERÊNCIAS	44

APRESENTAÇÃO

Este documento abarca informações sobre o planejamento, a coordenação e a execução do projeto de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo – Escola da Terra, a ser ofertada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Instituição

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)

Endereço: Avenida Professor Luiz Freire, 500, Curado, Recife/PE

E-mail Institucional: gabinete@reitoria.ifpe.edu.br

Telefone: (87) 3211-1207

1.2 Identificação do Curso

Denominação: Pós-Graduação *Lato Sensu em Educação do Campo* – Escola da Terra

Área do Conhecimento (Capes): Educação

Subárea do Conhecimento (Capes): Educação Rural (70807035)

Nível: Pós-Graduação *Lato Sensu*

Modalidade: Presencial

Número de Vagas: 60

Habilitação/Certificação: Especialista em Educação do Campo – Escola da Terra

Carga Horária Total dos Componentes: 370 horas-relógio

Carga Horária para o Trabalho de Conclusão de Curso: 30 horas-relógio

Carga Horária Total (CHT): 400 horas-relógio

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Histórico da Instituição

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) se deu no contexto das políticas nacionais de expansão da Educação Profissional e Tecnológica implementadas pelo governo federal a partir da primeira década deste século. Por meio da Lei nº 11.892, publicada em 29 de dezembro de 2008, o Ministério da Educação instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aglutinaram os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e as escolas vinculadas às Universidades Federais. A partir dessa lei, suas finalidades, características, objetivos e estrutura organizacional foram ampliados de forma significativa.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são organizações de ensino técnico, científico e tecnológico que têm como missão primordial desenvolver atividades de formação, pesquisa e extensão orientadas à promoção de oportunidades profissionais para seus estudantes, bem como ao desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Em relação às suas finalidades e características, é importante observar o disposto no art. 6º da Lei nº 11.892/2008:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (Brasil, 2008).

Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, os Institutos Federais foram constituídos a partir do potencial físico e humano instalado nas antigas escolas técnicas federais e ordenados para investimentos e atuação em todas as modalidades de ensino relacionadas à educação profissional e à promoção de inovação tecnológica.

O IFPE hoje compreende 16 *campi*: Belo Jardim, Barreiros e Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs); Ipojuca e Pesqueira (antigas Unidades de Ensino Descentralizadas – Uneds do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – Cefet/PE); Recife (antiga sede do Cefet/PE); Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, da Expansão II; e Cabo de Santo Agostinho, Palmares, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, da Expansão III. Há, ainda, a Educação a Distância (EaD), com aulas presenciais em 19 polos.

Desempenhando seu papel no âmbito da educação, a instituição oferece ensino técnico, ensino técnico integrado ao ensino médio, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), educação superior e pós-graduação. Além disso, teve suas competências ampliadas, passando a atuar também no campo da pesquisa e da extensão. Na esfera da pesquisa, há 88 grupos cadastrados no IFPE e certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Além disso, associado à Reitoria, existe um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que dá suporte aos pesquisadores para a produção de patentes oriundas das pesquisas institucionais.

No cumprimento das finalidades estabelecidas pela política pública que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFPE assumiu como missão institucional, descrita no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI,

promover a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade (IFPE, 2022, p. 47).

Além disso, destaca-se a função social do IFPE, que é

promover uma educação pública de qualidade, gratuita e transformadora, que atenda às demandas sociais e que impulse o desenvolvimento socioeconômico da região, considerando a formação para o trabalho a partir de uma relação sustentável com o meio ambiente. Para tanto, deve-se proporcionar condições igualitárias de êxito a todos os cidadãos que constituem a comunidade do IFPE, visando à inserção qualitativa no mundo socioambiental e profissional, fundamentado em valores que respeitem a formação, a ética, a diversidade, a dignidade humana e a cultura de paz (IFPE, 2012, p. 36).

Na oferta de cursos superiores, atualmente o IFPE vem procurando consolidar sua atuação na pós-graduação. Nesse sentido, estão em andamento alguns cursos em diferentes *campi*, a saber:

- Educação do Campo (*Campus Afogados da Ingazeira*);
- Matemática (*Campus Barreiros*);
- Gestão Estratégica em Logística (*Campus Cabo de Santo Agostinho*);
- Engenharia de Segurança do Trabalho (*Campus Caruaru*);
- Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas (*Campus Caruaru*);
- Ensino da Matemática para o Ensino Médio (EaD);
- Ensino de Ciências (EaD);
- Gestão Pública (EaD);
- Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EaD);
- Inovação e Desenvolvimento de Softwares para a Web e Dispositivos Móveis (*Campus Garanhuns*);
- Linguagem e Práticas Sociais (*Campus Garanhuns*);
- Gestão e Qualidade e Tecnologia da Informação e Comunicação (*Campus Jaboatão dos Guararapes*);
- Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes (*Campus Jaboatão dos Guararapes*);
- Educação Ambiental e Cultural (*Campus Recife*);
- Sustentabilidade Urbana (*Campus Recife*);
- Práticas Interpretativas em Música Popular com Ênfase no Frevo (*Campus Recife*);
- Matemática Comercial, Contábil, Atuarial e Financeira (*Campus Recife*);
- Ensino de Física e Matemática (*Campus Pesqueira*);
- Docência para Educação Profissional e Tecnológica (EaD);
- Energia Solar Fotovoltaica (*Campus Pesqueira*);
- Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade (*Campus Belo Jardim*);

- Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista (*Campus Garanhuns*);
- Tecnologias Sustentáveis para as Ciências Agrárias (*Campus Vitória de Santo Antão*); e
- Educação Musical na Educação Básica (*Campus Olinda*).

Há, ainda, o Mestrado Profissional em Gestão Ambiental (MPGA), implantado em 2013, no *Campus Recife*; o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no *Campus Olinda*; o Mestrado Profissional em Filosofia, no *Campus Vitória de Santo Antão*; e o Mestrado Profissional em Enfermagem, no *Campus Pesqueira*.

Nessa perspectiva, o IFPE vem trabalhando em todas as frentes, de forma a cumprir a missão proposta em seu PDI.

2.2 Justificativa

Historicamente, a grande produção agrícola do estado de Pernambuco foi concentrada na Zona da Mata, onde predominam até hoje os latifúndios produtores de cana-de-açúcar. No Agreste, destacam-se as produções de leite e carne (Agreste Meridional). Já na região de São Bento do Una, a produção avícola. No Sertão, o cultivo irrigado de frutas no Vale do São Francisco tem uma importância econômica crescente.

Os povos da zona rural do estado, além de terem contato com esses arranjos produtivos, também trabalham com a pesca artesanal (notadamente no litoral do estado e na região do São Francisco), confeccionam roupas (a conhecida “sulanca” que elimina direitos trabalhistas), possuem pequenas lavouras, trabalham com artesanato ou inserem-se nas cadeias produtivas tipicamente urbanas. Também não é desprezível o número de famílias em diferentes localidades que sobrevivem unicamente com os rendimentos da aposentadoria e/ou de programas assistenciais (notadamente no semiárido).

Da população de Pernambuco, pouco menos de 2 milhões de pessoas habitavam a zona rural. Neste estado do Nordeste existem 304.790 propriedades rurais, dentre as quais 8.710 são de assentados sem titulação definitiva, 38.402 são áreas ocupadas e 7.425 são de arrendatários. Neste montante há um número ínfimo de cooperativas produtoras rurais (228). Dentre o pessoal ocupado em estabelecimentos rurais, 637.582 trabalhadores eram do sexo masculino e 301.327 do sexo feminino, segundo os dados mais recentes (IBGE, 2018).

Os dados sociais do estado são impressionantes. Temos um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) do país, com 16,73% de analfabetos (nas cidades de Salgadinho, Águas Belas, Buíque e Lagoa do Ouro este percentual é superior a 40%) e somente

cerca de 20% das casas contam com esgotamento sanitário ligado a alguma rede coletora (IBGE, 2018). A situação da juventude é preocupante: 35,1% da população de 16 a 29 anos de idade não estuda e não exerce atividade laboral, e apenas 53,5% dos jovens concluíram o ensino médio (IBGE, 2018). A política do governo estadual e de parte das administrações municipais de fechamento das escolas localizadas na zona rural agrava este problema, juntamente com um açodamento em implantar o ensino médio em tempo integral desconsiderando particularidades econômicas e sociais.

Como aprende Severino Retirante na obra *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, a Zona da Mata historicamente produziu cana, latifúndio e fome, apresentando municípios e microrregiões com IDHs muito baixos.

A Zona da Mata Sul possui 4.951 agricultores familiares, 10.053 famílias assentadas e uma comunidade quilombola (Embrapa). Entre seus problemas, estão a pobreza da população, em que 63% dos chefes de família ganham até um salário mínimo, que muitas vezes se confunde com a renda familiar; inúmeros domicílios com inadequado abastecimento de água; 61,5% dos domicílios com inadequado esgotamento sanitário; inadequado tratamento de lixo, com consequências na saúde da população, afetando inclusive sua capacidade produtiva e minando sua capacidade mental; e uma alta taxa de mortalidade infantil (35 mortes por 1.000 nascidos) (IBGE, 2018).

A Zona da Mata Norte, ainda que com melhores indicadores sociais, também apresenta taxas de desenvolvimento humano muito baixas. Ultimamente, algumas de suas cidades passam por um processo acelerado de invisibilização ainda mais acentuado dos territórios camponeses, como fruto de uma busca pela expropriação através das fábricas com baixa intensidade tecnológica e disponibilização de terras para construção de edificações habitacionais.

O Sertão do Pajeú tem uma área de 8.689,7 km² e é formado por 17 municípios onde, de acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, vive uma população de 314.603 habitantes, sendo 199.726 na área urbana e 114.877 na zona rural. A economia do Sertão do Pajeú está baseada na avicultura, na agropecuária, na pequena indústria, no comércio, em serviços e no turismo. Na agricultura, além do milho e do feijão, a região cultiva a cana-de-açúcar utilizada por cerca de 100 engenhos que produzem mel, rapadura e cachaça.

Quando destacamos as populações tradicionais do estado, uma se destaca: a comunidade quilombola. Englobando áreas já certificadas e em processo de certificação, Pernambuco conta com 89 comunidades remanescentes de quilombos. Segundo Calheiros e Stadtler (2010), os quilombolas têm feito pressão para ter acesso a políticas públicas, colocando-se enquanto grupo e enfrentando o conservadorismo predominante nas relações sociais. Os mesmos autores

afirmam que “as circunstâncias de poder estão ininterruptamente permeando as movimentações do tecido social, e por isso mesmo, a identidade quilombola é um projeto com sérias repercussões para os espaços rurais brasileiros e para a vida de milhões de pessoas” (p. 138).

Um bom exemplo disso se mostra em Belo Jardim, município do semiárido do estado, onde os residentes na área remanescente de quilombo deixam paulatinamente de se nomearem moradores de um “sítio” e se afirmam como residentes no “Quilombo Barro Branco”, em uma importante atitude de afirmação étnica.

Bem menor que a quantidade de comunidades remanescentes de quilombos é a quantidade de povos indígenas do estado: 11. Espalhados por dez municípios do Agreste e no Sertão do estado, contam com um total de 25.720 índios (REMDIPE, 2018). Pernambuco é o quarto estado brasileiro com maior presença de indígenas, e em suas comunidades é praticada predominantemente agricultura familiar. De forma bastante similar ao que aconteceu com os quilombolas em um momento histórico mais recente, os índios também tiveram seu processo de afirmação de identidade e direitos.

Assim, vários povos indígenas no Nordeste, invisíveis desde fins do século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do século XX em razão das pressões que recebiam, com o avanço do latifúndio sobre as suas pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizando-se para exigirem seus direitos históricos negados (Silva, 1995).

Um setor da população pouco estudado em nosso estado são os pescadores artesanais. Estes habitam majoritariamente o litoral do estado e as várzeas de poucos rios no interior. É bastante significativa sua presença no Recife, notadamente nos bairros de Brasília Teimosa, Afogados e na Ilha de Deus. “São 63 comunidades pesqueiras, concentradas em 11 municípios do litoral (Goiana, Itapissuma, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso e São José da Coroa Grande) e 1 do interior (Ibimirim)” (Nascimento *et al.*, 2016).

A pesca artesanal no Brasil que predominava até a década de 50, não conseguiu ainda sair de seu atraso secular, para dar maiores benefícios ao pescador, que vive as incertezas dessa atividade, não havendo análises aprofundadas dos parâmetros quantitativos e qualitativos de diversos aspectos da pesca artesanal, dificultando uma leitura mais realista e planejada de ações para beneficiar tal setor (SUDEPE, 1988).

A visão dos que defendem a agroecologia e a educação do campo é de que as águas, os

campos e as florestas são produtores de culturas diversas (inclusive agrícolas). Silva (2009) afirma que a estrutura dos Institutos Federais foi organizada para planejar ações através do tripé ensino, pesquisa e extensão, e os objetivos desta organização são a promoção da formação integral, o desenvolvimento de tecnologias para a comunidade e a difusão do conhecimento em consonância com o mundo do trabalho e as demandas sociais prioritariamente locais.

Ao atuar nos territórios camponeses junto às populações diversas, é importante o respeito que se deve ter com as crenças e práticas tradicionais desses povos. Por mais não científicas e “mágicas” que possam parecer ao integrante do IFPE, carregado de conhecimentos estruturados e sistematizados, essas visões de mundo carregam toda uma sabedoria familiar e fazem parte da própria identidade daquela comunidade. Desprezar simplesmente essa cultura é ser um invasor, praticar uma extensão agressiva e não dialógica.

A substituição do procedimento empírico dos camponeses por nossas técnicas “elaboradas” é um problema antropológico, epistemológico e também estrutural. Não pode, por isso mesmo, ser resolvido através do equívoco gnosiológico a que conduz o conceito de “extensão. [...] Qualquer esforço da educação popular seja no campo agrícola ou industrial urbano deve ter um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade, na qual e com a qual estão (FREIRE, 2002, p. 33).

Experiências realizadas em Guiné-Bissau, país localizado no oeste da África, no final do século XX com populações camponesas que não tinham qualquer acesso até aquele momento à escola formal nos dão importantes sinais de que o diálogo com essas populações, o ouvir de suas necessidades e o rechaço a uma postura “doutoral” e “superior” levam a uma efetiva aprendizagem. O relato seguinte, de uma aula de física que parte dos conhecimentos dos camponeses, nos mostra um caminho:

De um diálogo inicial eminentemente descritivo da ferramenta os participantes do círculo de investigação passaram paulatinamente a analisar os meios de produção das comunidades africanas tradicionais, chegando a concluir que suas ferramentas foram descobertas e certamente reinventadas durante séculos [...] na análise das diferenças dos dois tipos de conhecimento, europeu e africano, os participantes acabaram por discutir mesmo até que ponto a escravidão e suas consequências [...] teriam influenciado neste processo [...] no que diz respeito especificamente à aprendizagem de física a decodificação-problematização do instrumento possibilitou a discussão dos conceitos e obtenção dos conteúdos programáticos sobre alavancas, equilíbrio de forças, momento, trabalho, energia (Santos, 1986, pp. 49-50).

Diferentes ações de extensão desenvolvidas no campo pelo IFPE atestam que a integração com os camponeses é um importante caminho para o desenvolvimento da comunidade, como nos mostra um projeto de aquicultura para pequenos agricultores desenvolvido na cidade de Vitória de Santo Antão:

A prática do policultivo foi aceita e vista pelos agricultores como alternativa de renda e diversificação dos produtos da agricultura familiar, mostrando que é possível, **de forma conjunta entre pesquisadores e comunidade, desenvolver meios e alternativas para a melhoria do homem no campo**, principalmente com auxílio da assistência técnica. De certa forma o IFPE Campus Vitória de Santo Antão contribui para formação de técnicos agropecuários dentro do saber extensionista **para se somar a cadeia produtiva da região** (Oliveira, Leão e Oliveira, 2015, p. 56).

Souza e Leal (2014), ao desenvolverem um projeto de extensão baseado na defesa do uso da cisterna de placa no semiárido brasileiro, defendem que é necessário valorizar o saber local, o desenvolvimento econômico e a autoestima dos moradores da região. As práticas de extensão também devem servir para que os estudantes do IFPE redefinam suas práticas cotidianas à luz das experiências adquiridas no decorrer dessa vivência, como comprovam alunos extensionistas do *Campus* Pesqueira: “Tudo que vivenciei serviu para expandir meus horizontes e o meu modo de pensar. Pude compreender o sistema no qual estará inserido futuramente, e desejo estar presente nele, não apenas como mais um” (Lafosse e Santos, 2014, p. 46).

A interação entre os diversos componentes da extensão apresenta-se então como parte fundamental neste processo. Há de se ver como parte importante da caminhada a facilitação de acesso, principalmente das comunidades próximas, às instalações e aos professores dos nossos *campi*. Os agentes extensionistas devem atuar como mediadores capazes de criar laços e construir redes de comunicação e conhecimento (Kreutz, Pinheiro e Cazella, 2005). Muitas vezes ocorre, notadamente em nossos *campi* agrícola, um grande desconhecimento da comunidade rural que vive nas cercanias sobre as informações mais básicas acerca do IFPE, e essa lacuna deve ser minimizada com a ajuda dos agentes da extensão.

Dentro desse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional defende que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (Brasil, 1996).

Infelizmente, as palavras da lei não parecem ter efeito prático. Relegados historicamente a uma educação que valoriza o espaço urbano e que deslegitima e rechaça qualquer valorização

da cultura rural, os povos do campo muitas vezes são expulsos das escolas que não respeitam suas tradições, são afastados de seu lugar de moradia com a crescente extinção de escolas na zona rural, introduzidos em um ambiente escolar que lhes é hostil. Por isso a importância de reafirmar a educação do campo como projeto possível para crianças, jovens e adultos camponeses, quilombolas, indígenas e pescadores em um processo de afirmação contra-hegemônico, algo que surge como anseio dessas populações.

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (Vendramini, 2007, p. 123).

Uma educação do campo voltada para os setores mais desfavorecidos economicamente está relacionada a uma visão de produção rural e de ocupação dos espaços rurais. A educação do campo está articulada à luta pela justa distribuição de terras, pela agroecologia, pela valorização dos saberes tradicionais, pela pluralidade de culturas e pela terra como instrumento de produção de riqueza para uma grande quantidade de pessoas, ao contrário do que é priorizado hoje. Segundo Carvalho e Simões (2017, p. 392), “é preciso ver a realidade com os olhos da educação do campo”. Para esses mesmos autores, “será muito útil definir alguns enfoques de análise, como, por exemplo, aspectos que formam as realidades sociais, políticas, econômicas e religiosas”.

Segundo Caldart (Aued e Vendramini, 2012), é necessário que a escola desenvolva a cientificidade do conhecimento, a relação entre a teoria e a prática, algo reconhecidamente difícil, pois o vínculo entre escola e realidade põe o processo educativo em movimento real e há tensão entre necessidades imediatas e os desafios formativos mais largos, uma contradição que deve ser trabalhada de maneira inteligente. É preciso então que em nossas iniciativas extensionistas haja a preocupação de relacionar o geral e o particular, as urgências formativas dos povos do campo aos conhecimentos mais elaborados (e que possam parecer inúteis neste primeiro momento), para que reforcem a formação integral do homem.

Assumindo as bases teóricas da educação do campo, a extensão rural pode efetivamente ser um sujeito de mudança das relações sociais existentes, não só na contradição capital x trabalho, mas na luta contra as opressões de gênero e raciais, fazendo com que a escola seja necessária ao camponês.

O trabalho social principal do professor e da escola deve consistir na melhoria constante da agricultura, da economia rural e das condições de vida do camponês; o trabalho deve ser feito com a ajuda da escola e através dela. Na medida em que atender às necessidades do agricultor, a escola se tornará indispensável pra ele, podendo desempenhar um grande papel em toda a sua vida [...] constata-se, então, que o problema essencial é aproximar a escola das necessidades da economia e da vida camponesas (Pistrak, 2011).

O IFPE, em seus *campi* e muitas vezes em articulação sistêmica, é o catalisador de diferentes iniciativas de educação do campo. No *Campus* Afogados da Ingazeira, temos o único curso de pós-graduação (especialização) em Educação do Campo do estado. Espera-se que seus egressos sejam

Profissionais críticos e reflexivos, com habilidade para lecionar, pesquisar e promover propostas inovadoras para a Educação do Campo. Esses profissionais serão, além disso, capazes de compreender novas metodologias, buscar soluções para problemas e, ainda, fomentar discussões sobre temas como movimentos sociais rurais oriundos do desdobramento histórico brasileiro e dinâmica fundiária brasileira e sua função social (IFPE, 2018).

Após 30 alunos terem concluído a primeira oferta dessa especialização, o curso atualmente oferta sua segunda turma. Os objetivos específicos dessa pós-graduação são:

Capacitar o profissional para entender a dinâmica do campo de maneira multidisciplinar; Estudar condições de desenvolvimento e aplicação de práticas metodológicas voltadas para a Educação com ênfase no Campo; Oportunizar o desenvolvimento de pesquisa na área de Educação com ênfase no Campo; Formar agentes multiplicadores da área de Educação com ênfase no Campo (IFPE, 2018).

O *Campus* Belo Jardim tem o Estudo de Viabilidade de Curso (EVC) da licenciatura em Educação do Campo aprovado pela instituição. O seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está em fase de construção coletiva através de plenárias territoriais. O EVC, defendendo a imediata implantação desse curso, chega à seguinte constatação:

Em Pernambuco não há oferta de Licenciatura em Educação do Campo. Os Profissionais que atuam nas escolas camponesas têm diferentes formações, que não atendem as especificidades dos territórios rurais. Apesar desta realidade, pesquisa do NUPEFEC/UFPE mostrou em pesquisa de 2019 um interesse latente para formação nesta área: realizada em um total de 181 municípios de Pernambuco e englobando um total de 5.049 pesquisados, mostrou que 76% dos entrevistados exprimem seu interesse em ingressar em uma LEdoC. Este interesse é mais latente entre os entrevistados de 21 a 39 anos, quando perguntados sobre se recomendariam esta formação, 92% dos entrevistados responderam positivamente (IFPE, 2020).

Para a construção do EVC, foram realizadas audiências públicas remotas (por conta da pandemia de covid-19) com professores do campo, entidades representativas de populações camponesas e secretários municipais de Educação. Na atual fase de construção do Projeto Pedagógico, já aconteceram audiências presenciais em 3 regiões do estado: Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Agreste Meridional. Essas audiências tiveram a participação de movimentos sociais e professores do campo, além de representantes de prefeituras municipais e da Secretaria Estadual de Educação.

O *Campus* Igarassu oferta desde o ano passado um ciclo de formação para professores do campo dos municípios do Litoral Norte e da Zona da Mata Norte do estado. Esse ciclo envolve docentes camponeses de diferentes municípios, reunindo ao todo 70 profissionais, que têm um dia de formação a cada mês. As temáticas são dialogadas com as secretarias municipais de Educação, e os regentes são professores do IFPE.

O *Campus* Barreiros, onde há o primeiro curso de Agroecologia de nível superior do estado, opera fortemente na discussão da educação do campo em suas licenciaturas, oferecendo inúmeros projetos de extensão relacionados à temática, notadamente para professores que atuam em áreas de reforma agrária e comunidades quilombolas da Mata Sul de Pernambuco.

O *Campus* Afogados da Ingazeira oferece curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo, o que fortalece ainda mais o acesso à educação de qualidade e a construção de saber localizado, relevante e historicamente consciente para os povos do campo, em geral, e aqueles do Pajeú, em específico. O *Campus* Recife, apesar de estar situado na capital e ofertar cursos predominantemente ligados à área industrial, destaca-se como o que mais oferta cursos de extensão junto às comunidades camponesas de diferentes regiões do estado. É nesse *campus* também que nasce a iniciativa de ofertar a primeira licenciatura em Educação do Campo, já aprovada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e em vias de ser iniciada.

Além dessas iniciativas, realiza-se também o Seminário de Educação do Campo do IFPE, anual, que teve sua sexta edição em 2024 e é o maior evento da instituição e um dos maiores do país na temática, reunindo mais de 3.000 inscritos.

O grande desafio para a instituição é se consolidar como polo regional de formação de educadores do campo. Nossa expectativa é que, com a oferta da Escola da Terra na modalidade especialização, esse objetivo seja alcançado, destacando a capilaridade e o poder de atração do IFPE. Nosso grande desafio é integrar dezenas de cidades e educadores para uma formação em uma temática fortemente atacada pelo agronegócio e pelo pensamento hegemônico,

notadamente nos últimos anos.

O IFPE, através de sua Política de Extensão com os Povos do Campo, aprovada em abril de 2021, estabelece a relação existente entre a educação do campo e as atividades extensionistas da instituição:

Art. 25 O diálogo com os povos do campo nas ações de extensão somente é possível dentro da compreensão de que essa população tem direito a uma educação que respeite suas particularidades, rejeitando décadas de discriminação e esvaziamento dos territórios campestinos. Essa educação tem o trabalho como princípio educativo e é denominada Educação do Campo.

Art. 26 A extensão com os povos do campo do IFPE dialoga com essa concepção de educação e a compreende como projeto voltado para os setores mais desfavorecidos economicamente, além de estar relacionada a uma visão ancestral de produção rural e de ocupação do território. A educação do campo está articulada à luta pela justa distribuição de terras, à agroecologia, à valorização dos saberes tradicionais e à pluralidade de culturas.

Art. 27 As iniciativas extensionistas com os povos do campo devem relacionar as urgências formativas dos povos do campo aos conhecimentos mais elaborados. Assim, reforçamos a formação integral do ser humano. Assumindo as bases teóricas da educação do campo, a extensão para os povos do campo pode e deve, efetivamente, ser uma ação sociocultural e política de mudança das relações interpessoais existentes, não só na contradição capital x trabalho, mas na dialética do processo de conscientização para superar as opressões étnico-raciais e de gênero, fazendo com que a escola, enquanto educação formal, seja necessária às mulheres e aos homens do campo (IFPE, 2021).

Por esse conjunto de questões, entendemos que é urgente a oferta da Escola da Terra pelo IFPE na modalidade especialização, em articulação com movimentos sociais, entidades governamentais e notadamente com a escuta permanente dos docentes e membros das comunidades campestinas. Não é possível que Pernambuco ofereça apenas uma turma de especialização em Educação do Campo que seja estatal, pública e gratuita. Esse curso também é muito importante por ofertar uma continuidade do estudado durante o aperfeiçoamento da Escola da Terra do IFPE.

2.3 Concepção do Curso

Após a compreensão da missão e da visão do IFPE e a justificativa da área de concentração proposta neste projeto, torna-se evidente a importância de que seja implantado o curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo – Escola da Terra.

O curso está ancorado na visão de que é necessária uma formação integral dos homens e das mulheres baseada na práxis. O trabalho deve ser o princípio educativo de toda a formação

humana, para que possa ser extirpada de nossa sociedade a possibilidade de viver sem trabalhar, de ser um mamífero de luxo. A metodologia, os procedimentos pedagógicos e o currículo são socialmente construídos e resultam de uma intensa disputa, que está relacionada ao embate existente em uma sociedade dividida por classes sociais.

Compreendemos que a educação do campo somente poderá ser real, concreta, se for construída pelos homens e pelas mulheres das águas, das terras e das florestas. Por esse motivo, não é possível construir qualquer iniciativa educacional, institucional ou não, sem o protagonismo deles e delas. Nosso curso reivindica a compreensão teórica e a construção metodológica que é construída desde os anos 1980 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelos movimentos de povos originários e tradicionais.

Ao mesmo tempo, entendemos que uma especialização em Educação do Campo vai potencializar a vida dos docentes que atuam em escolas camponesas no sentido de, em uma perspectiva em direção a uma nova hegemonia, serem protagonistas na luta por uma educação laica, estatal, gratuita, pública e de qualidade. Luta esta que é fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento da educação do campo.

É necessário também afirmar que não existe educação do campo sem reforma agrária, por isso apoiamos a totalidade das lutas das diferentes frações da população camponesa na luta por terra.

2.4 Objetivos

2.4.1 Objetivo Geral

Promover a formação continuada específica de 60 professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e às especificidades formativas das populações do campo do estado de Pernambuco, especialmente das regiões da Zona da Mata, do Grande Recife e do Sertão do Pajeú.

2.4.2 Objetivos Específicos

- Ofertar curso de especialização de 400 horas, em regime de alternância pedagógica, a

60 cursistas (professores) de redes municipais e da rede estadual de ensino de Pernambuco, especialmente das regiões da Zona da Mata, do Grande Recife e do Sertão do Pajeú.

- Fortalecer a discussão sobre educação do campo no IFPE.
- Contribuir para o fortalecimento da escola do campo como espaço de apropriação do conhecimento historicamente produzido.
- Criar grupos de pesquisa em educação do campo em cada uma das regiões envolvidas.
- Promover uma formação docente crítica, com visão ampliada de mundo, da sociedade brasileira e dos processos sociais contemporâneos e com a compreensão do campo, com sua história, seus valores, sua cultura, seus saberes, sujeitos e determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos.
- Contribuir para o desenvolvimento de experiências pedagógicas voltadas à produção de estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do campo.

2.5 Requisitos e Forma de Acesso

2.5.1 Público-Alvo

Professores das redes municipais (prioritariamente) e estadual de ensino que atuam em escolas do campo das regiões atendidas, predominantemente multisseriadas. Todos os cursistas devem ser egressos do curso de aperfeiçoamento Escola da Terra do IFPE, já que dele será aproveitada carga horária necessária à integralização do curso.

2.5.2 Critérios de Seleção

Os candidatos devem ter curso de nível superior concluído em qualquer área do conhecimento e ter concluído o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra do IFPE. Eles serão indicados pelas secretarias de Educação das redes às quais estão vinculados.

2.5.3 Meios de Divulgação do Curso

A oferta do curso, assim como as formas e os critérios de seleção e execução, será amplamente divulgada pelos meios cabíveis e necessários para o amplo conhecimento da

comunidade.

2.6 Perfil Profissional de Conclusão

Os especialistas em Educação do Campo – Escola da Terra serão profissionais críticos e reflexivos, com habilidade para lecionar, pesquisar e promover propostas concretas para a educação do campo baseadas na práxis. Esses profissionais serão, além disso, capazes de compreender novas metodologias, buscar soluções para problemas sociais e, ainda, fomentar o protagonismo dos movimentos sociais camponeses.

2.7 Carga Horária do Curso

O curso soma uma carga horária total de 400 horas nos componentes curriculares, sendo 280 horas de Tempo Escola e 120 horas de Tempo Comunidade.

2.8 Período e Periodicidade

O curso terá duração máxima de 1 ano e 2 meses (14 meses), e o prazo máximo de integralização será de 3 anos, conforme previsto no art. 18 do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFPE. As aulas, sempre presenciais, serão ministradas em diferentes *campi*.

Os *campi* onde poderão ocorrer as aulas do curso são os seguintes:

- 1) Recife;
- 2) Afogados da Ingazeira;
- 3) Barreiros;
- 4) Igarassu.

Antes do início do processo de ingresso dos estudantes, a Pró-Reitoria de Extensão (Proext) do IFPE publicizará quais serão os *campi* atendidos naquela edição do programa e as vagas destinadas a cada um deles, tendo como critério de escolha *campi* que ofertem o curso de aperfeiçoamento da Escola da Terra e/ou *campi* que desenvolvam atividades de extensão com os povos do campo e sejam demandados a ofertar o curso.

As primeiras turmas serão ofertadas em 2024.2, com finalização em 2025.2.

As 60 vagas disponíveis podem ser divididas entre os diferentes *campi*, de modo a atender a formação das regiões do estado prioritariamente definidas.

2.9 Organização Curricular

2.9.1 Concepção e Princípios Pedagógicos

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo – Escola da Terra a ser ofertado pelo IFPE estará voltado para o desenvolvimento integral dos estudantes, de modo que a ação educativa efetive uma participação ativa e crítica para a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos. Ele será ofertado na modalidade de alternância, conforme discriminado no cronograma.

O processo de ensino-aprendizagem do curso é guiado pelos princípios pedagógicos da integralidade e da contextualização. O primeiro princípio promove a aprendizagem por meio de práticas que contribuem para a formação dos estudantes tanto em aspectos técnicos quanto práticos, além de incentivar uma visão pluralista e crítica. Isso implica uma qualidade social e política, considerando que o conhecimento é construído através de um diálogo contínuo com outros saberes, que se complementam e ressaltam a importância de dominar essas conexões. Já o princípio da contextualização serve de base para a didática, em que o conhecimento é abordado a partir das experiências dos alunos, transformando essas vivências em conhecimento e disseminando-o para novas situações.

2.9.2 Estrutura Curricular

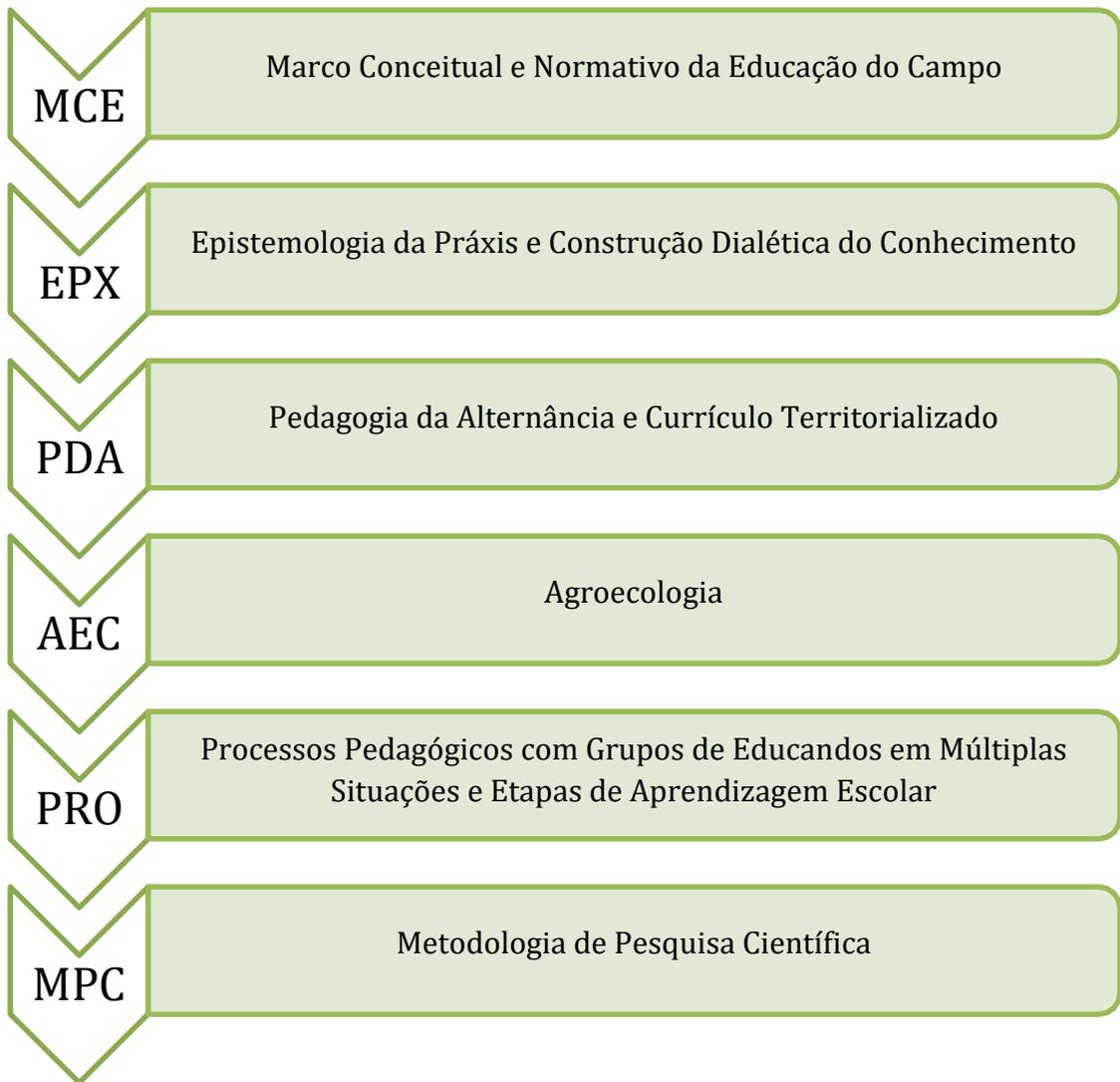
Os componentes curriculares do curso foram organizados em 6 módulos, que se inserem dentro do Tempo Escola:

- 1) Marco Conceitual e Normativo da Educação do Campo.
- 2) Epistemologia da Práxis e Construção Dialética do Conhecimento.
- 3) Pedagogia da Alternância e Currículo Territorializado.
- 4) Agroecologia.
- 5) Processos Pedagógicos com Grupos de Educandos em Múltiplas Situações e Etapas de Aprendizagem Escolar.
- 6) Metodologia de Pesquisa Científica.

2.9.3 Matriz Curricular

Quadro 1 – Lista de componentes curriculares, módulos e cargas horárias

COMPONENTE CURRICULAR	SIGLA	CARGA HORÁRIA (HORAS- RELÓGIO)
MÓDULOS		
Marco Conceitual e Normativo da Educação do Campo	MCE	16
Epistemologia da Práxis e Construção Dialética do Conhecimento	EPX	32
Pedagogia da Alternância e Currículo Territorializado	PDA	16
Agroecologia	AEC	32
Processos Pedagógicos com Grupos de Educandos em Múltiplas Situações e Etapas de Aprendizagem Escolar	PRO	16
Metodologia de Pesquisa Científica	MPC	16
OUTRAS ATIVIDADES DO TEMPO ESCOLA		
Aproveitamento do Aperfeiçoamento – Escola da Terra	-	80
Aula Magna/Reunião de Apresentação do Curso	-	10
Seminário de Agroecologia e Educação do Campo	-	32
Seminário de Apresentação dos TCCs	-	30
TOTAL		280
TEMPO COMUNIDADE		
Atividades de Tempo Comunidade	-	120



3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia proposta para o curso integra aspectos teóricos e práticos. O objetivo é proporcionar, por meio de diversas ferramentas pedagógicas, um processo de ensino-aprendizagem sólido que favoreça a construção de conhecimentos necessários para desenvolver as habilidades e competências esperadas no perfil de profissional que se deseja formar.

Para garantir a plena realização dessa abordagem metodológica, a prática docente buscará desenvolver os componentes curriculares de diversas formas, além da tradicional exposição de conteúdo, utilizando materiais didáticos e equipamentos adequados à formação desejada. As atividades, de acordo com sua natureza, serão realizadas em diferentes ambientes pedagógicos e podem incluir:

- a) aulas práticas em diversos espaços educativos;
- b) seminários;
- c) pesquisas;
- d) elaboração de projetos diversos;
- e) aulas teóricas com utilização de recursos multimídia como vídeos e slides, entre outros; e
- f) palestras com profissionais da área.

Além das atividades de ensino, o curso também prevê outras práticas pedagógicas para contribuir para a integração entre os saberes, produção do conhecimento e intervenção social, assumindo a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos. Há vários projetos de extensão sendo executados em propriedades de agricultores familiares que dialogam com a realidade dos professores e estudantes da educação do campo e que podem contribuir para novas práticas pedagógicas. A metodologia de ensino a ser adotada deverá promover a motivação e o senso crítico dos estudantes, bem como o engajamento para desenvolver estudos teóricos e práticos na área de educação do campo. Todos os componentes curriculares deverão estimular a relação teórico-prática, trazendo para a sala de aula situações do cotidiano das atividades laborais como forma de aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

As atividades de pesquisa e inovação, assim como a produção de artigos científicos, serão incentivadas em todos os componentes curriculares para dar suporte ao trabalho de conclusão de curso, obrigatório para a formação.

Destarte, o curso se desenvolverá por meio de aulas expositivas dialogadas, com estímulo à participação de todos os estudantes, seminários temáticos, pesquisas com socialização ao grupo, estudos de caso com relatos de experiências práticas, entre outros.

3.1 Atividades Complementares

No âmbito do curso, poderão ser realizadas atividades complementares, as quais poderão compor o desenvolvimento de um componente curricular, a saber:

- participação em eventos acadêmicos, tecnológicos e científicos relacionados às temáticas dos componentes curriculares;
- produção de artigos científicos a serem submetidos a eventos e revistas científicas;
- publicação de artigos científicos em outros meios de divulgação;
- produção técnica e/ou tecnológica;
- produção de propriedades industriais;
- visitas e palestras técnicas; e
- aulas de campo.

3.2 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A avaliação do desempenho dos estudantes será baseada na aplicação dos seguintes instrumentos avaliativos no decorrer do componente curricular ou módulo:

- estudos dirigidos;
- análises textuais temáticas e interpretativas;
- provas, relatórios, seminários e estudos de caso;
- elaboração de artigos e/ou materiais bibliográficos;
- elaboração de produtos técnicos educacionais;
- elaboração de materiais em registro audiovisual; ou
- outras atividades que os docentes possam determinar, de modo a avaliar os estudantes em seu componente curricular segundo normas e padrões do IFPE.

O desempenho nas atividades será expresso em notas que variam de 0 a 10 pontos. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes que apresentarem frequência mínima de 75% e obtiverem nota mínima 7,0 no componente.

O desempenho dos estudantes em componentes cursados em módulos será avaliado em cada um dos módulos e no decorrer do respectivo componente. Caso o/a estudante tenha sido aprovado/a em todos os módulos que integram o componente, será obtida uma média dos índices de frequência e de nota para a composição dos parâmetros do componente.

Ao término de cada módulo, serão aplicados instrumentos avaliativos por meio dos

quais os estudantes responderão sobre a estrutura e demais elementos que compõem o curso. Essas avaliações servirão para que a Coordenação de Pesquisa, em conjunto com a Coordenação do curso, promova melhorias, levando em consideração os resultados das avaliações e as contribuições de professores e alunos em relação à operacionalização do curso.

3.3 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Conforme prevê a Resolução nº 1/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para consecução do título de especialista nos programas de pós-graduação *lato sensu*, o/a estudante deverá ter obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, bem como ter, obrigatoriamente, pelo menos 75% de frequência às aulas, devendo ainda apresentar, ao final da especialização, um trabalho de conclusão de curso (TCC).

O TCC tem por objetivo promover a integração dos conhecimentos desenvolvidos durante o período do curso, propiciando uma oportunidade de aplicabilidade e análise de ideias inovadoras que aproximam teoria e prática.

A avaliação do TCC será realizada, na ocasião da defesa do trabalho, por uma banca examinadora composta por 3 professores, sendo 2 convidados (dos quais pelo menos um externo ao curso) e o/a orientador/a (presidente).

Os membros da banca examinadora devem ser portadores de título de mestre/a ou doutor/a, podendo ser indicado/a, excepcionalmente, um/a especialista com reconhecido conhecimento na área.

A defesa constará de 30 minutos para apresentação do trabalho e 30 minutos para arguições e considerações de cada componente da banca. Ao final da apresentação, a banca examinadora, após decisão consensual, concederá ao/à aluno/a um dos seguintes conceitos: aprovado/a, aprovado/a com ressalvas ou reprovado/a.

No caso de trabalho aprovado com ressalvas, será concedido ao/à aluno/a mais 1 mês para efetuar as alterações necessárias no seu TCC. Ao fim desse prazo, a Coordenação do curso marcará uma nova sessão de defesa.

Da sessão de avaliação do trabalho final deve ser lavrada ata, assinada por todos os integrantes da banca examinadora e encaminhada à Coordenação da pós-graduação.

A aprovação do trabalho final deve ser formalizada mediante preenchimento e assinatura da folha de aprovação da monografia por todos os integrantes da banca examinadora.

O/A estudante que tiver o trabalho considerado aprovado terá 45 dias para apresentar a

versão final do TCC, conforme estabelecido para o curso de pós-graduação.

Em caso de trabalho reprovado, a banca examinadora deverá definir se o/a estudante poderá ou não continuar com o mesmo tema. Em caso de manutenção do tema, o/a estudante terá um prazo máximo de 3 meses para a elaboração do TCC e nova apresentação à banca examinadora. Caso a banca decida por um novo tema, o/a estudante terá 6 meses para a elaboração do TCC e nova apresentação.

O TCC tem por objetivo permitir aos pós-graduandos a demonstração, de forma aplicada, dos conhecimentos adquiridos, discutindo e problematizando os conceitos transmitidos durante o curso e buscando a elaboração de planos de estudos que venham a contribuir com a área de concentração do curso. Para isso, o TCC deverá ser acompanhado pelo/a orientador/a desde a elaboração da metodologia de pesquisa e da metodologia experimental (quando for o caso) até a redação final.

Para a realização do TCC, deverão ser observados os seguintes itens:

- a) vinculação do tema à proposta do curso;
- b) pertinência e contribuição científica e/ou tecnológica do problema de estudo;
- c) qualidade do quadro referencial teórico em relação ao problema estudado;
- d) contribuição, preferencialmente, para grupos e projetos de pesquisa;
- e) adequação da metodologia aplicada ao problema em estudo; e
- f) atendimento às normas brasileiras para elaboração de trabalhos científicos.

3.4 Ementário dos Componentes Curriculares

O conteúdo programático está distribuído nos componentes curriculares conforme apresentado nos quadros que se seguem.

MÓDULO 1:	MARCO CONCEITUAL E NORMATIVO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO		
CARGA HORÁRIA:	16h	PRÉ-REQUISITOS:	Não tem.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none">• Analisar o desenvolvimento e a implementação do marco conceitual e normativo da educação do campo no Brasil.• Identificar os desafios e as oportunidades encontrados na aplicação do marco conceitual e normativo da educação do campo.		

COMPETÊNCIAS:	<ul style="list-style-type: none"> ● Maior compreensão das necessidades educacionais das populações rurais. ● Fortalecimento da formação de professores para atuar no contexto rural. ● Aumento do engajamento comunitário e melhoria da qualidade da educação no campo.
----------------------	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Bases históricas da Educação do Campo.
2. O debate da educação do campo no paradigma da questão agrária.
3. História da Educação no Brasil e emergência da Educação do Campo nos anos 1990.
4. Educação do Campo x Educação Rural.
5. Os Movimentos Sociais e a Educação do Campo.
6. Pedagogia da alternância.
7. Conferência: Trajetória do Movimento Nacional “por uma educação do campo”.
8. Marcos Normativos da Educação do Campo: resoluções, portarias e decretos.
9. Política estatal para a Educação do Campo.
10. Apresentação do percurso formativo da Escola da Terra.
11. Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação do Campo.
12. Construção do Inventário da Realidade.
13. Princípios da Metodologia Científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. CASTAGNA, Mônica Molina (organizadores). Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Dicionário da educação do campo, v. 2., 2012. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> acesso em 19 jul 2013.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2004.
- DANTON, Gian. Metodologia científica. Pará de Minas: Virtual Books Online, 2002.
- DE CARVALHO, Maria Cecília M. Construindo o saber: metodologia científica-fundamentos e técnicas. Papirus Editora, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Educação e agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2016.
- MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. Educação em Perspectiva, v. 6, n. 2, 2015.
- NETO, Luiz Bezerra. Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.
- NUNES, Marisa Fernandes. As metodologias de ensino e o processo de conhecimento científico. Educar em Revista, n. 09, p. 49-58, 1993.
- SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. Revista Teias, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017.

MÓDULO 2:	METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA		
CARGA HORÁRIA:	16h	PRÉ-REQUISITOS:	Não tem.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none"> • Descrever e comparar diferentes metodologias de pesquisa científica, destacando suas vantagens e limitações. • Avaliar a importância da escolha metodológica adequada para a validade e a confiabilidade dos resultados de pesquisa. 		
COMPETÊNCIAS:	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento na condução de pesquisas científicas. • Maior conscientização sobre a importância da metodologia na pesquisa científica. • Desenvolvimento de novas abordagens e métodos de pesquisa. • Melhoria na formação acadêmica e na capacitação de pesquisadores. 		
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ol style="list-style-type: none"> 1. História e natureza da ciência <ol style="list-style-type: none"> 1.1 O conceito de ciência e de conhecimento: objeto e método; 1.2 Formas de conhecimento (tradicional, religioso, filosófico e científico); 1.3 Ciências naturais e sociais; 1.4 Teoria do Conhecimento: crítica à ciência positivista. 2. Métodos <ol style="list-style-type: none"> 2.1 O que é metodologia científica; ciência e método e objetivos; 2.2 Tipos de métodos científicos primários: indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, dialético, sistêmico, fenomenológico; 2.3 Métodos auxiliares: observacional, comparativo, histórico, experimental; 2.4 Referenciais teóricos: funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia, comportamentalismo, empirismo, positivismo, neopositivismo, marxismo; 2.5 Crítica ao método positivista em ciências sociais. 3. Pesquisa <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Tipos de pesquisa: Forma: I. TCC (monografia, dissertação e tese); II. artigo científico; III. projeto intervencionista (tem formato de monografia ou artigo). Natureza: I. original; II. resumo de assunto. Objetivos: I. exploratória; II. descritiva; III. explicativa. Procedimentos de coletas e análise final de dados: I. quantitativa; II. qualitativa. Objeto: I. bibliográfica/documental; II. laboratório; III. campo; IV. censo; V. história de vida; VI. estudo de caso; 3.2 Componentes do projeto de pesquisa: tema (assunto); revisão da literatura; problema; hipóteses; justificativa; objetivos; metodologia; referências; cronograma; 3.3 Instrumentos/Técnicas de coleta de dados: observação (participante, não participante, individual, em grupo); história de vida; questionários, entrevistas (aberta, fechada, semiestruturada); estudo de caso; grupo focal; 3.4 Análises de dados: tratamento estatístico; análise de e do discurso; 3.5 Estrutura de apresentação do TCC: estrutura em pré-texto, texto e pós-texto. 			

4. A pesquisa em Educação no Campo
4.1 Interdisciplinaridade em Educação do Campo;
4.2 Oferta e demanda em Educação do Campo.
5. Normas e regras
5.1 ABNT: citações, referências;
5.2 Ética na pesquisa.
6. A escola multisseriada: contradições e perspectivas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, AC. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DENCKER, Ada de F. Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. 2 ed. São Paulo: Futura, 1998.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Sousa Minayo (Org). 28 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia da Pesquisa. São Paulo. 2007.

PUC-PR. Manual de normas para trabalhos técnico-científicos. De acordo com as normas ABNT. Curitiba. 2010. Disponível em:
http://www.pucpr.br/biblioteca/sibi/manual_normas.pdf. Acesso em 12 fev. 2011.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F. & LUCIO, Pilar B. Metodologia de pesquisa. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

MÓDULO 3:	EPISTEMOLOGIA DA PRÁXIS E CONSTRUÇÃO DIALÉTICA DO CONHECIMENTO		
CARGA HORÁRIA:	32h	PRÉ-REQUISITOS:	Não tem.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none"> • Examinar a epistemologia da práxis como fundamento para a construção dialética do conhecimento. • Investigar o papel da dialética na evolução do conhecimento dentro de diferentes contextos educacionais e sociais. 		
COMPETÊNCIAS:	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento da compreensão sobre a relação entre teoria e prática na construção do conhecimento. • Desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais integradas e reflexivas. • Promoção de uma visão crítica e dinâmica do processo de aprendizado. • Estímulo à inovação e adaptação em contextos educacionais e profissionais. 		

**CONTEÚDO
PROGRAMÁTICO**

1. Educação e práxis
2. Conceituação da práxis
3. Educação e dialética
4. A práxis e a construção do conhecimento
5. Devolutiva do inventário da realidade

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORDEIRO, Kátia Augusta Augusta Curado Pinheiro et al. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítica emancipadora. *Perspectiva*, v. 36, n. 1, p. 330- 350, 2018.

CALDART, R. S. Et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, São Paulo: Expressão Popular, 2012, 788

DE MELO BATISTA, Aline Maria. Práxis, consciência de práxis e educação popular: algumas reflexões sobre suas conexões. *Educação e filosofia*, v. 21, n. 42, p. 169- 192, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão, e revolução. *Educação & Sociedade*, v. 37, p. 481-496, 2016.

LIGUORI, Guido. *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. Boitempo Editorial, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Campinas: Alinía, 2017.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. São Paulo: Autores associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: para além da “teoria da curvatura da vara”*. *Germinal: Marxismo e Educação em debate*, v. 5, n. 2, p. 227-239, 2013.

SAVIANI, Dermeval et al. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2021.

MÓDULO 4:	AGROECOLOGIA		
CARGA HORÁRIA:	32h	PRÉ-REQUISITOS:	Não tem.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none"> ● Explorar os princípios e práticas da agroecologia e seu impacto na sustentabilidade ambiental. ● Analisar os benefícios socioeconômicos da agroecologia para comunidades rurais. 		
COMPETÊNCIAS:	<ul style="list-style-type: none"> ● Adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e ecológicas. 		

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">● Fortalecimento das comunidades rurais e empoderamento dos agricultores.● Redução do uso de agrotóxicos e insumos químicos na agricultura.● Promoção de políticas públicas favoráveis à agroecologia. |
|--|--|

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Epistemologia da agroecologia;2. Agroecologia é ciência, é prática, é movimento social e políticas públicas;3. Princípios pedagógicos da formação em agroecologia com os preceitos da educação do campo;4. Agroecologia como eixo de articulação interdisciplinar;5. Práticas pedagógicas em Agroecologia;6. Devolutiva do inventário da realidade;7. Metodologia da Pesquisa. |
|---|

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

<p>ALTIERI, M. A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p>

<p>ANDRADE, F. M. C. de et al. (Orgs.) Educação do campo e agroecologia: Princípios pedagógicos e experiências educativas na formação de educadoras(es), Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2022.</p>

<p>AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 71-98, 2005.</p>
--

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER- IICA, 2004.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: 2009. 30 p.

DIAS, A. P. et al. (Orgs.) Dicionário de Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2021.

FIGUEIREDO, M.A. B. et al. (Orgs.) Agroecologia e diálogo de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017.

FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. Revista Contemporânea de Educação, v. 10, n. 20, p. 228-248, 2015.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2009

GUZMÁN, E. S. Sobre as perspectivas teórico-metodológicas da Agroecologia. Redes (St. Cruz Sul, Online), v. 22, n. 2, p. 13-30, 2017.

RIBEIRO, D. S. et al. Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MÓDULO 5:	PROCESSOS PEDAGÓGICOS COM GRUPOS DE EDUCANDOS EM MÚLTIPLAS SITUAÇÕES E ETAPAS DE APRENDIZAGEM ESCOLAR		
CARGA HORÁRIA:	16h	PRÉ-REQUISITOS:	Não tem.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none"> ● Investigar os diferentes processos pedagógicos utilizados em grupos de educandos em múltiplas situações e etapas de aprendizagem escolar. ● Analisar a eficácia das abordagens pedagógicas diferenciadas no desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos educandos. 		
COMPETÊNCIAS:	<ul style="list-style-type: none"> ● Aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas e diferenciadas. ● Melhoria no desempenho acadêmico e no engajamento dos alunos. ● Fortalecimento das competências socioemocionais dos educandos. ● Informação para políticas educacionais e formação de professores. 		

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A escola multisseriada: contradições e perspectivas
 - O Trabalho como condição humana;
 - Trabalho e cultura em uma sociedade de classes;
 - Formação integral, cultura e trabalho;
2. A cultura de massa e a interculturalidade
 - Culturas regionais e culturas camponesas: uma discussão necessária;
 - Expressões culturais quilombolas e indígenas;
 - A educação do campo, o gênero e a etnia;
 - A educação do campo e os neurodiversos;
 - A educação do campo e a interdisciplinaridade;
3. Colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza
 - Educação dos povos do campo no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo;
 - Epistemologias alternativas no enfrentamento e resistência à violência colonial: a ação dos povos e movimentos sociais camponeses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 42, p. 423-439, 2009.

DA SILVA, Marcio Gomes; FERRARI, Eugênio Alvarenga. Cultura camponesa, educação e agroecologia. Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 31, p. 215-236, 2018.

CARDOSO, Maria Angélica; JACOMELI, Maria RM. Considerações sobre as escolas multisseriadas: estado da arte. Educere et Educere, Cascavel, PR, v. 5, n. 9, 267- 290, 2010.

MAIA, Maria Claudia Zaratini. As escolas multisseriadas como possibilidade de concretização do direito à educação. Periferia, v. 13, n. 1, p. 196-216, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Escolas multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 22, p. 57-88, 2014.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo.

DE ANDRADE VIANA, Elton; MANRIQUE, Ana Lúcia. A neurodiversidade na formação de professores: reflexões a partir do cenário de propostas curriculares em construção no Brasil. Boletim Gepem, n. 76, p. 91-106, 2020.

NUNES, Klivia Cássia Silva; DOS SANTOS, Bezerraria Cristina. ESCOLAS MULTISSERIADAS E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: INÍCIO DE UMA REFLEXÃO. Educação: Teoria e Prática, v. 28, n. 58, p. 408-425, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação. Educação & Sociedade, v. 33, p. 687-693, 2012.

PEREIRA, Maria de Lourdes Soares. As contribuições da licenciatura em educação do campo na transformação das relações de gênero. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 3, n. 4, p. 40-46, 2016.

DA SILVA BEZERRA, Nielson; PEIXOTO, Mylena Lahana Gouveia; DE OLIVEIRA SIQUEIRA, Maykon Carlos. Relações de Gênero e Educação do Campo no contexto de uma experiência Agroecológica: primeiras aproximações. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2016.

MÓDULO 6:	PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E CURRÍCULO TERRITORIALIZADO		
CARGA HORÁRIA:	16h	PRÉ-REQUISITOS:	Não tem.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none">• Analisar a implementação e os impactos da pedagogia da alternância no contexto educacional e comunitário.• Explorar a construção e a aplicação de um currículo territorializado que responda às necessidades e características específicas das comunidades locais.		

COMPETÊNCIAS:	<ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecimento da conexão entre escola e comunidade. ● Aprimoramento das práticas pedagógicas contextuais. ● Fortalecimento das competências socioemocionais dos educandos. ● Informação para políticas educacionais e formação de professores.
----------------------	--

**CONTEÚDO
PROGRAMÁTICO**

1. Processos de letramento e de alfabetização escolar;
2. Métodos de alfabetização, características, limites, possibilidades, condições de aprendizagem dos sujeitos do campo/quilombolas;
3. A linguagem enquanto manifestação específica da cultura dos sujeitos do campo/quilombola;
4. Conteúdos da língua oral e escrita: usos e formas;
5. Alternativas metodológicas e didáticas para o ensino da língua portuguesa em escolas multisseriadas e/ou quilombolas;
6. Abordagens epistemológicas (preliminares matemáticos e evolução histórica);
7. Etnomatemática: linguagens camponesas e quilombolas específicas;
8. Proposição de problemas e situações-problema, concepções de conteúdos e conceitos matemáticos;
9. Números e Operações, Grandezas e suas Medidas, Geometria e Estatística - em estreita articulação com os princípios da Educação do Campo e das práticas em comunidades quilombolas;
10. Educação do campo e o movimento Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA);
11. Abordagem CTSA: contribuições para as práticas pedagógicas na educação do campo;
12. Formação cidadã e letramento científico;
13. O ensino de ciências em contexto: interdisciplinaridade e teoria e prática;
14. Ecologia de saberes: diálogos entre culturas e saberes no campo;
15. O ensino de ciências para/do e no campo;
16. As Ciências Humanas e a educação do campo;
17. A metodologia da pesquisa na construção da educação do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. Educação e Pesquisa, v. 34, p. 27-45, 2008.

SOARES, Magda. Letramento-um tema em três gêneros. Autêntica, 2018.

DE LIMA WINCHUAR, Marcio José; BUFREM, Leilah Santiago. Espaços de Leitura em Escolas do Campo: um estudo em turmas multisseriadas. Periferia, v. 13, n. 1, p. 217-242, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: Caldart et al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Livia de Rezende. Processos de recontextualização no ensino de Ciências da escola do campo: a visão de professores do sertão sergipano. 2009. 179 f. Dissertação, Mestrado em Educação -Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. Revista brasileira de educação, p. 89-100, 2003.

CHASSOT, Attico. Educação Consciência. Santa Cruz do Sul, RS:EDUNISC, 2003.

CUNHA, Marcia Borin da. O movimento Ciência/Tecnologia/ Sociedade (CTS) e o ensino de ciências: condicionantes estruturais. Revista Varia Scientia v. 06, n. 12, p. 121-134, Dez. 2016.

CUNHA, Rodrigo Bastos. Alfabetização científica ou letramento científico?: interesses envolvidos nas interpretações da noção de scientific literacy. Revista Brasileira de Educação, v. 22 n. 68 jan.-mar. 2017.

SANTOS, W. L. P. Significados da Educação científica com enfoque CTS. In: SANTOS; AULER (Org.). CTS e educação científica: desafios, tendências e resultados de pesquisas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SANTOS, R. A.; AULER, D. Práticas educativas CTS: busca de uma participação social para além da avaliação de impactos da ciência-tecnologia na sociedade. Ciência & Educação, Bauru, v. 25, n. 2, p. 485-503, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320190020013>.

TRINDADE, Glademir Alves; VENDRAMINI, Célia Regina. A relação trabalho e educação na Pedagogia da Alternância. Revista HISTEDBR On-line, v. 11, n. 44, p. 32- 46, 2011.

SILVA, Cícero da. Plano de formação, letramento e práticas educativas na pedagogia da alternância. Educação e Pesquisa, v. 46, p. e219182, 2020.

SARTORI, Jerônimo; DA SILVA, Denilson; PAGLIARIN, Lidiane Limana Puiati. A Pedagogia da Alternância como possibilidade formativa nas licenciaturas em educação do campo. Educação, Ciência e Cultura, v. 24, n. 1, p. 41-52, 2019.

PEREIRA, Ana Maria Sotero. Pedagogia da alternância e a curricularização da extensão popular na formação inicial de professores. Educação e Fronteiras, p. e021018- e021018, 2021

PACHECO, José Augusto. Políticas curriculares descentralizadas: autonomia ou recentralização?. Educação & Sociedade, v. 21, p. 139-161, 2000.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território. Revista e-Curriculum, v. 14, n. 1, p. 82-107, 2016.

MORGADO, José Carlos; FERNANDES, Preciosa; MOURAZ, Ana. Contextualizar o currículo para melhorar a aprendizagem dos alunos. In: Livro de atas do XI congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Vol. 3. 2011.

SÜSSEKIND, Maria Luiza; MASKE, Jeferson; DE OLIVEIRA, Inês Barbosa. A escola é nossa e o currículo é favelado. Currículo sem Fronteiras, v. 22, p. e2186, 2022.

SILVA, Janssen Felipe; TORRES, Denise Xavier; LEMOS, Girleide Torres. Educação do

campo: a luta dos movimentos sociais camponeses por uma educação escolar específica e diferenciada. *Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação- PPGE*, v. 14, n. 28, p. 407-436, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 727-744, 2012.

GONÇALVES, Micheli Suellen Neves. Gênero e Formação Docente: análise da formação das mulheres do campo do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2019.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, p. 11-33, 2017.

PEREIRA, Juliano Bicker et al. Inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial em uma escola multisseriada do campo. *Revista Educação Especial*, v. 36, n. 1, p. e55/1- 29, 2023.

LOCKS, Geraldo Augusto; DE ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto; PACHECO, Simone Rafaeli. A escola multisseriada no cenário educacional brasileiro contemporâneo. GEPEC, UFSCAR, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. *Sísifo*, n. 9, p. 129-136/EN 127- 134, 2016.

DE VALENTIM, Renata Patricia Forain; TRINDADE, Zeidi Araújo. Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. *Revista Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 295-308, 2011.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa et al. Apontamentos críticos para uma educação intercultural. *Revista iberoamericana de educación*, 2015.

CARVALHO, Raquel Alves de. A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação. Doutorado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2011.

MARQUES, Luiz Otávio Costa. Representações de identidade e cultura dos povos do campo em livros didáticos do ensino fundamental. *Cadernos do IL*, n. 55, p. 046-063, 2017.

DO NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento. *Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 16, n. 1112, p. 867-883, 2006. *Educação em revista*, v. 26, n. 01.

OLIVEIRA, Rosana Medeiros de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, p. 11-33, 2017.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira Assis. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613- 627, Set./Dez. 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

CARVALHO, José Jorge de Carvalho. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das

emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, outubro de 2002:p. 237-280.

3.5 Cronograma de Módulos

Quadro 2 – Cronograma de módulos

CRONOGRAMA DE MÓDULOS			
ATIVIDADE	LOCAL	DATA	CH
Aproveitamento do Curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra			80
Aula Magna/Reunião de Apresentação do Curso	Recife	Novembro	8
	Af. da Ingazeira	Novembro	
1) Marco Conceitual e Normativo da Educação do Campo	Af. da Ingazeira	Novembro Dezembro	16
	Recife	Novembro Dezembro	
2) Metodologia de Pesquisa Científica	Af. da Ingazeira	Janeiro	16
	Recife	Janeiro	
3) Epistemologia da Práxis e Construção Dialética do Conhecimento	Af. da Ingazeira	Fevereiro e Março	32
	Recife	Fevereiro e Março	
4) Agroecologia	Af. da Ingazeira	Abril e Junho	32
	Recife	Abril e Junho	
5) Pedagogia da Alternância e Currículo Territorializado	Af. da Ingazeira	Julho	16
	Recife	Julho	
6) Processos Pedagógicos com Grupos de Educandos em Múltiplas Situações e Etapas de Aprendizagem Escolar	Af. da Ingazeira	Agosto e Setembro	16
	Recife	Agosto e Setembro	
Seminário de Agroecologia	Barreiros	Maio	32

Seminário de Apresentação dos TCCs	Af. da Ingazeira	Outubro e Novembro	32
	Recife	Outubro e Novembro	
Carga Horária Total – Tempo Escola			280
Carga Horária Total – Tempo Comunidade			120
Carga Horária Final do Curso			400

3.6 Acessibilidade

O IFPE tem consciência do seu papel de consolidar uma educação para todos, bem como de avançar na estruturação de uma rede federal de ensino preparada para receber alunos com necessidades educacionais especiais e para atender aos princípios definidos na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 13 de dezembro de 2006, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, para promover a acessibilidade, os *campi* contam com salas térreas, rampas de acesso e banheiros acessíveis, além de Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência (Napne), preparados para prover suporte aos estudantes que necessitem de assistência especializada.

3.7 Acompanhamento de Egressos

O curso busca realizar o acompanhamento de seus egressos para identificar como ocorrem a inserção e a permanência deles no mundo do trabalho, bem como para compreender a percepção desses ex-alunos acerca da pós-graduação que cursaram. Esse entendimento possibilita o reconhecimento de potencialidades e fragilidades do curso, assim como o seu aprimoramento.

Por intermédio de listas de e-mail e do site do IFPE, os egressos serão informados dos eventos que ocorrem no Instituto e poderão se aprimorar profissionalmente, participar de grupos de pesquisa e divulgar trabalhos científicos, bem como trazer sua experiência profissional aos estudantes da turma em andamento.

Outra forma de acompanhar a trajetória dos egressos é fazendo a verificação de listas de aprovação de concursos públicos e processos seletivos municipais, estaduais e federais,

atividade que funciona como um bom parâmetro para avaliar se o curso tem correspondido às demandas regionais.

3.8 Certificação

Os alunos que concluírem com aprovação em notas e apresentarem frequência mínima nos componentes, realizarem a defesa do TCC, forem aprovados e entregarem a versão final na Coordenação do curso, poderão, dentro de prazo previsto no calendário do curso, solicitar à Coordenação o certificado, em nível de pós-graduação *lato sensu*, de especialista em Educação do Campo – Escola da Terra.

3.9 Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

Compreendendo a prática avaliativa como inerente ao processo de construção do conhecimento, tanto na dimensão curricular quanto na dimensão institucional, o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) será avaliado periodicamente, de forma sistemática, envolvendo discentes, docentes, coordenador/a, orientadores, assessoria pedagógica e apoio administrativo acadêmico.

A avaliação incidirá sobre dimensões pedagógicas, corpo docente e infraestrutura, por meio de instrumentos e procedimentos que permitirão o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, bem como o aperfeiçoamento do PPC.

4 CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

4.1 Dados da Coordenadora do Curso

Nome: Lúcia Ferreira Lirbório

Titulação: Doutora

Cargo: Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Regime de Trabalho: Dedicção Exclusiva

Descrição da Experiência Acadêmica e Profissional: Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), mestra em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012) e doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2016). Desde a graduação desenvolve pesquisas relacionadas à questão agrária e agrícola no Brasil. No doutorado recebeu bolsa do CNPq. Parte do doutorado foi realizada no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), na Universidade de Lisboa – Portugal, com bolsa de doutorado sanduíche concedida pela Capes. Atualmente é professora do IFPE – *Campus Olinda*.

4.2 Corpo Docente

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo – Escola da Terra conta com 9 doutores e 9 mestres nas diversas áreas do conhecimento científico, o que demonstra tempo de experiência no magistério e na carreira acadêmica, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Lista do corpo docente do curso

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Instituição
Ana Claudia da Silva Pessoa	Mestra	-	MST
Álison Bruno Borges de Sousa	Doutor	DE	IFPE
André Luís Gonçalves Pereira	Mestre	DE	IFPE
Antenor Martins de Lima Filho	Mestre	-	Fetape
Ciro Linhares de	Doutor	DE	IFPE

Azevedo			
Diego Henrique Paixão de Oliveira	Mestre	DE	IFPE
Dionara Soares Ribeiro	Mestra	-	Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto
Felipe Otavio Campelo e Silva	Mestre	-	Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto
Gizelia Barbosa Ferreira	Doutora	DE	IFPE
João Paulo dos Santos Oliveira	Mestre	DE	IFPE
José Nildo Alves Caú	Doutor	DE	IFPE
José Roberto Rodrigues de Oliveira	Doutor	DE	UFMS
Larissa Hayannyelley Costa Batista	Mestra	-	Seduc/PE
Lúcia Ferreira Lirbório	Doutora	DE	IFPE
Marcos Antônio Machado Mesquita	Doutor	DE	IFPE
Ramon de Oliveira	Doutor	DE	UFPE
Tatiely Gomes Bernardes	Doutora	DE	IFPE
Virginia Célia Pessoa de Lima	Mestra	DE	IFPE

4.3 Equipe Pedagógica e Administrativa do Curso

A equipe listada no Quadro 4 integra o grupo pedagógico e administrativo do curso.

Quadro 4 – Equipe pedagógica e administrativa

Nome	Cargo
Andreia Barros Campos Góes	Pedagoga
Nívea Roberta Moraes Barbosa Lemos	Pedagoga

5 INFRAESTRUTURA FÍSICA

Os *campi* em que ocorrerão as aulas contam com infraestrutura física completa e com todo o instrumental essencial para as atividades de ensino teórico e prático na área.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R, S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2004.

BONOMO, Mariana; SOUZA, Lídio de; MENANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeidi Araujo. **Das categorias aos grupos sociais: representações sociais dos grupos urbano e rural**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, 2011, v. 31, n. 4.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em: fev. 2018.

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: saberes necessários à Psicologia Social. In: LIMA, Aluísio Ferreira de; ANTUNES, Deborah Christina; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Recife: IFPE, 2012. Disponível em: https://portal.ifpe.edu.br/wp-content/uploads/repositoriolegado/portal/documentos/projeto-politico-pedagogico-institucional-pppi-_2009-2013.pdf.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026**. Recife: IFPE, 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/15_lluu5y0qcT5Bgrx4PxM6ZXenK3aykw/view.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí**. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPI, Teresina, 2005.